



Porto Alegre, 27 de agosto de 2021.

Orientação Técnica IGAM nº 21.951/2021

I. O Poder Legislativo do Município de Itaqui solicita análise e orientações acerca do Projeto de Lei nº 46, de 2021, oriundo do Poder Executivo, que tem como ementa: “Altera a Lei Municipal nº 4.194, de 26 de agosto de 2016”.

II. Preliminarmente, constata-se que a matéria encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõem a Constituição Federal¹ e a Lei Orgânica do Município² quanto à autonomia deste ente federativo para dispor sobre determinadas matérias de interesse local.

Da mesma forma, considerando que a proposição em análise versa sobre serviços que se referem a levantamento de informações e atualização de cadastros e valores por meio de servidores de órgãos do Município e a estrutura administrativa da Prefeitura, infere-se legítima a iniciativa do Executivo, também nos termos da Lei Orgânica Municipal³.

Feitos estes esclarecimentos preliminares, sob o ponto de vista material, sabe-se que uma das principais fontes de recursos dos Municípios é a arrecadação fiscal pela cobrança de impostos como o IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana) e o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis). Tais impostos são calculados de acordo com as legislações municipais, tendo como base o valor venal dos imóveis, que é obtido em função de uma referência do comportamento imobiliário da região. Isto se denomina Planta de Valores Genéricos. A falta de fundamentação técnica e científica na cobrança de impostos relacionados aos imóveis, às vezes frequente em Municípios de pequeno porte, acaba acarretando prejuízos aos cofres municipais e injustiças tributárias à população.

¹ Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

III - **instituir e arrecadar os tributos de sua competência**, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; (grifou-se)

² Art. 6º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:

(...)

II - decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

³ Art. 53 Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

j) planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;

(...)

t) administrar os bens e as rendas municipais, **promover o lançamento, a fiscalização e a arrecadação de tributos**; (grifou-se)



A efetiva instituição e arrecadação dos impostos da competência municipal é um dos requisitos essenciais para a boa gestão fiscal nos Municípios, conforme asseverado pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), sob pena de irresponsabilidade na gestão fiscal e vedação de transferências voluntárias, conforme previsto no art. 11:

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e **efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação**. (grifo nosso)

A constante atualização do cadastro imobiliário é um dos requisitos necessários para acompanhar a dinâmica de crescimento do Município, sendo a reavaliação periódica dos valores venais um aspecto importante nesta dinâmica, pois a simples atualização inflacionária através dos índices correspondentes, representa somente a reposição do valor de perda de valor da moeda, e não demonstra a real valorização imobiliária ocorrida no Município.

Com o objetivo de demonstrar a defasagem significativa da base de cálculo para a cobrança de IPTU, uma metodologia bastante eficaz consiste na comparação entre os valores do ITBI e do IPTU, pois assim se pode estimar o quanto se deixou de arrecadar e se permite inferir a desatualização da planta de valores para fins de cálculo do IPTU.

Reitera-se que, conforme exposto no rodapé da página 1 desta Orientação Técnica, de acordo com o inciso III do art. 30 da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

III - **instituir e arrecadar os tributos de sua competência**, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; (grifou-se)

Nos atos de instituir e arrecadar, pressupõe-se não só a legalidade e a eficácia arrecadatória, mas também a correspondência dos impostos à realidade local.

Permanecendo em desatualização, onde, por um lado, ocorre a estagnação dos valores dos imóveis para fins de cálculo do IPTU e, por outro, a contínua curva crescente amparada pela valorização imobiliária verificada nestes mesmos imóveis, percebe-se a necessidade de adequação da planta de valores à realidade urbana do Município, com vistas a ampliar a justiça social.

Dessa forma, convém sempre alertar o administrador local acerca da necessidade, por parte do ente municipal, de atualizar a sua base de cálculo do IPTU e, assim, concorrer para a ampliação desse imposto, adequando-o à realidade imobiliária presente na área urbana. Do contrário, em face do acima explicado, conclui-se que o Executivo Municipal não estará arrecadando os valores referentes ao IPTU em sua plenitude, o que vai de encontro aos princípios da boa e



eficiente gestão pública, ao art. 30, inciso III, da Constituição Federal, e ao art. 11, *caput*, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Prosseguindo na análise, convém informar que a atualização da tabela do anexo da Lei nº 4.194, de 26 de agosto de 2016 acaba por resultar na alteração do tributo, apresentando-se como medida que significa a adoção de novas diretrizes na legislação local.

Por esta razão, uma vez publicada a lei municipal que institui estas alterações, devem ser observados os princípios anterioridade do exercício e da noventena (anterioridade nonagesimal), previstos no art. 150, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Constituição Federal:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas, ao contribuinte, **é vedado** à União, aos Estados, ao Distrito Federal **e aos Municípios**:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

(...)

III – cobrar tributos:

(...)

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;” (grifou-se)

Trata-se de regras de observância obrigatória pelo Município, portanto, cobrar tributo no mesmo exercício ou sem cumprir os noventa dias são causas para tornar sem efeito essa cobrança.

III. Diante do exposto, observadas as ressalvas quanto aos princípios da anterioridade do exercício e da noventena, conclui-se que o Projeto de Lei nº 46, de 2021, possui objeto tecnicamente viável para tramitar até a deliberação de mérito do Plenário desta Casa Legislativa.

O IGAM permanece à disposição.

Roger Araújo Machado
Advogado, OAB/RS 93.173B
Consultor Jurídico do IGAM